

## "Conditio sine qua non" e a teoria da Imputação objetiva aplicada em casos de homicídio.

### Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Alexandre José Rodrigues  
Marcus Vinicius Pimenta Lopes  
Renato Horta Rezende  
Alexandre Fonseca Monteiro De Castor  
Thiago Ribeiro De Carvalho

### Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

### Introdução

O direito penal, certamente, é uma das áreas que despertam maior interesse popular e também a que gera maior discussão na ciência jurídica. Quando se trata da liberdade do indivíduo, é necessário que haja uma análise minuciosa das teorias e princípios que serão usados como suporte para aplicar o direito aos casos penais.

Na teoria do crime, especificamente a respeito do nexo causal, é aplicada a teoria "conditio sine qua non" (condição sem a qual não há), também conhecida como "equivalência de condições", que compreende a ideia de que o resultado morte se dá por causa da conduta de um agente ou mais, quando o crime é cometido em concurso de pessoas. A grande questão é que, essa teoria em análise, não define com exatidão até onde as condutas devem ser punidas.

### Objetivo

O objetivo da pesquisa é estudar e compreender a teoria "conditio sine qua non", aplicada ao direito penal em casos de homicídio, bem como buscar a máxima efetividade na colaboração com a ciência jurídica.

### Material e Métodos

Os materiais que colaboraram com a pesquisa foram: as leis (código penal), a teoria "Conditio sine qua non" de Maximilian Von Buri; matérias e pesquisas que abordam o assunto. Apesar de ser uma teoria hegemônica, já consolidada no direito penal brasileiro, a teoria em análise, não trata com clareza até onde a conduta deve ser punida, existem alguns autores que tentam explicar, no entanto, são diversas teorias e opiniões diferentes. A teoria da Imputação objetiva de Claus Roxin, que Paulo Cesar Busato aponta como adequada a discussão, será usada como meio de estudo.

### Resultados e Discussão

A adequação da teoria em análise a ciência jurídica, embora apresente lacunas, é usada para aplicação aos casos

penais; um exemplo de lacuna é a “causa infinita”, por exemplo: Rafael atira e mata Daniel. A princípio, a causa da morte de Daniel seria a conduta de Rafael, no entanto o direito penal vai mais a fundo e procura se existem outras condutas que, se não tivessem ocorrido o resultado não seria consumado, como por exemplo, se Rafael tivesse ajuda de um terceiro que emprestou a arma usada no crime, mas, ainda assim, não para neste terceiro. De acordo com a teoria aplicada, deveria ser apontada também a pessoa que vendeu a arma, o fabricante da arma e assim sucessivamente. A teoria da Imputação objetiva traz a ideia de que a conduta só é penalizada se houver vontade (dolo), ou seja, somente se os terceiros emprestou ou fabricou a arma com a intenção de provocar o resultado.

### Conclusão

Embora a teoria da Imputação objetiva busque o uso adequado para o nexo de causalidade, ainda assim é um critério muito subjetivo, pois envolve a intenção dos agentes na conduta. Para diminuir essa dificuldade no direito penal é necessária uma discussão maior e pesquisas mais abrangentes para chegar a uma conclusão que seja efetiva e que evite violações das liberdades individuais e os princípios da individualização da pena e “in dubio pro reo”.

### Referências

- C Roxin - Revista Brasileira de Ciências Criminais, 2002 - academia.edu
- <https://core.ac.uk/download/pdf/211926078.pdf>
- [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35373149/A\\_imputacao\\_objetiva\\_no\\_Direito\\_Penal\\_brasileiro-libre.pdf?1414916341=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA\\_IMPUTACAO\\_OBJETIVA\\_NO\\_DIREITO\\_PENAL\\_BR.pdf&Expires=1695314228&Signature=Ujnny4wkrNNBU0SgbVVXIMRNzXdVjEAzOvNdt85xk8qDtt616ze0nx2TbvkQeiPU1mC5r-5Aq6nwTn4gn6hNaNMcSBkgudyiQit24j0PgRjwRmZRL619Aj~autQNnsHhSW6DlpWzEWhPlaUjk6287Wq8l7FG-6AlzEO-EmrhjzYI2VDpbauYzryLHdX-92G7gJqDaCoKGg4AO~BXkTVikGvOW3WqWLq2x-HIY26LIGMUkVUQpS0Fx-fGojdn5Dkqvbk9n~CI9pDmJorpsDLVZDLxTnbqipPAXXePJfyNrrEpM2lqOkyl2HxPxKmFKvN8hBXDp1KoL-a4pXOtQKctIQ\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35373149/A_imputacao_objetiva_no_Direito_Penal_brasileiro-libre.pdf?1414916341=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_IMPUTACAO_OBJETIVA_NO_DIREITO_PENAL_BR.pdf&Expires=1695314228&Signature=Ujnny4wkrNNBU0SgbVVXIMRNzXdVjEAzOvNdt85xk8qDtt616ze0nx2TbvkQeiPU1mC5r-5Aq6nwTn4gn6hNaNMcSBkgudyiQit24j0PgRjwRmZRL619Aj~autQNnsHhSW6DlpWzEWhPlaUjk6287Wq8l7FG-6AlzEO-EmrhjzYI2VDpbauYzryLHdX-92G7gJqDaCoKGg4AO~BXkTVikGvOW3WqWLq2x-HIY26LIGMUkVUQpS0Fx-fGojdn5Dkqvbk9n~CI9pDmJorpsDLVZDLxTnbqipPAXXePJfyNrrEpM2lqOkyl2HxPxKmFKvN8hBXDp1KoL-a4pXOtQKctIQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)
- [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)